

A VOZ de MELGAÇO

Proprietários: A. LUÍS VAZ e JÚLIO H. VAZ

Director e Administrador: JÚLIO HILARIÃO VAZ

Subdirector: CARLOS NUNO VAZ

Redacção e Administração: Largo da Senhora - a - Branca, 105 - BRAGA ★ ANO XXXI - N.º 605 - Melgaço, 1 de Fevereiro de 1977 ★ Tip. Augusto Costa & C.ª, L.da - Telef. 22455 - Braga

Carta de Lisboa

O golpe de misericórdia

A recente medida do Governo de Angola em transformar a sua moeda veio afectar sobremaneira a já precária situação de muitos milhares de portugueses retornados que nada mais puderam trazer do que as modestas economias que possuíam na altura em que a hecatombe que se abateu sobre a nossa ex-colónia era já irreversível.

Com tal decisão puseram os governantes de Luanda fim abrupto aos justos anseios de muitos compatriotas que tinham ainda esperança num volte-face que possibilitasse a normalização da sua vida na terra a que a grande maioria deu o melhor do seu esforço para a tornar naquilo que efectivamente hoje é.

As grandes e modernas cidades, os aeroportos internacionais, os portos para navios de grande calado e uma rede de milhares de quilómetros de estradas asfaltadas não nasceram por acaso. São obras de gente portuguesa que atesta, só por si, a vontade dessa mesma gente em ficar e criar raízes, ao contrário do que sucedeu com ingleses, belgas e holandeses, que transferiam para os países de origem tudo o que podiam. Estes puseram de parte sentimentalismos e razões de ordem moral e temos de reconhecer, face à nossa desastrosa experiência, que bem avisados andaram.

A mudança dos «escudos» para «kuanzas» e o prazo de três dias concedidos para a respectiva troca, — três dias contando com um sábado e um domingo, de sublinhar-se — e o encerramento do aeroporto de Luanda durante a vigência do referido prazo, não deixam margem para quaisquer dúvidas sobre a ideia que presidiu a tão drástica solução e dos «técnicos» que a devem ter aconselhado. De resto o «K» com que começa a designação da nova moeda é suficientemente elucidativo e mostra que os cursos acelerados ministrados pela Universidade Patrice Lumumba dão sempre os seus frutos a curto, médio e longo prazo, segundo as prioridades programadas.

A recuperação, por esta forma, dos cinco a dez milhões de contos que se calcula tenham saído de Angola após o Abril de 1974 atenuará certamente o déficit financeiro mas duvidamos que resolva só por si os enormes

(Continua na 4.ª página)

Melgacense que honra a sua terra

No Palácio da Justiça de Pontevedra (Espanha), prestou juramento como advogado do ilustre colégio da capital daquela província o nosso ilustre conterrâneo sr. dr. Adriano Marques de Magalhães, licenciado em Direito pela Universidade Central de Madrid.

Ao acto de posse assistiram altas individualidades e juizes do Supremo Tribunal de Justiça.

Além da sua formatura em Direito, ainda é licenciado e diplomado em Ciências Sociais, tem o curso da Escola Central Superior de Línguas e Ciências Políticas, licenciado pela Universidade de Madrid, e finalista da Faculdade de Economia.

Na vida pública, ainda se ocupa do alto cargo como Cônsul Geral do Equador, nas quatro províncias da Galiza, Pontevedra, Corunha, Lugo e Orense.

É benemérito dos B. V. de Melgaço e dos pobres da sua terra.

Melgaço na Guerra da Independência e da Sucessão de Espanha (1640-1715)

(Continuação)

Cap.º XII

ORENSE NÃO PODE MAIS...
A GALIZA ESMAGADA...

O ano de 1656 oprimiu ainda mais a Galiza: os soldados, aquar-

A caminho da criação do pretendido bispado

Os problemas espirituais do Alto Minho vêm preocupando nas últimas décadas sacerdotes e leigos e a demonstrá-lo estão as petições formais apresentadas há anos junto da Nunciatura, em Lisboa, com conhecimento prévio da hierarquia — neste caso a arquidiocese de Braga.

Como se sabe, o distrito de Viana do Castelo, que séculos atrás teve os seus destinos espirituais dirigidos pelas dioceses de Tui e de Ceuta, encontra-se enquadrada na referida arquidiocese. Os pedidos formulados a partir da década de 1920 não resultaram de movimentos levianos de puro bairrismo, mas sim de consciência plena, onde emergia uma premente necessidade de os católicos desta região terem um contacto mais assíduo com o seu condutor espiritual e sequente diálogo. À luz do Vaticano II as dioceses pouco mais deveriam exceder dos cem mil habitantes (o Alto-Minho tem mais de 250 000). De notar que essas solicitações tiveram apoio

válido para enfrentar os encargos inerentes com a criação de um bispado.

Assim, foram valiosas as ofertas em bens materiais condicionadas à criação oficial dessa hierarquia e nas quais sobressai a do palacete situado na actual Rua de Gago Coutinho, conhecido por «Casa da Praça». Obviamente, esta valiosíssima dádiva, após demanda judicial, voltou à posse dos herdeiros da viscondessa de Montedor, a legatária para aquela finalidade específica, uma vez que a diocese não fora criada.

O JN deu ao problema vertente dimensão adequada, publicando uma série de entrevistas com personalidades de diferentes estratos sociais (a nível do laicado), cujo senso foi unânime em reconhecer a urgência da criação na área do Alto-Minho de um bispado, em ordem a salvaguardar os valores tradicionais e corrigir situações de degradação. Porém, ultimamente, tivemos conhecimento de que elevada percentagem de sacerdotes apoia esse ponto de vista. A tudo isto não seria estranha a recente passagem do nuncio apostólico em Lisboa por terras do Alto-Minho, onde estabeleceu contactos.

Todo este longo processo, que já vem de há mais de meio século, encaminha-se para uma fase de evolução, segundo se depreende da referência inserta no órgão do patriarcado «A Voz da Verdade». Ainda de acordo com o mesmo, instalar-se-á, a breve trecho, em Viana do Castelo, um bispo auxiliar, o passo primeiro, mas decisivo, para a aspiração em causa.

(Continua na 4.ª página)

(Continua na 4.ª página)

AFINAL COMO É...

Num dos números de «A Voz de Melgaço» talvez datado do mês de Junho ou Julho (não estou bem recordado) lia-se um aviso da Caixa de Previdência e Abono de Família do distrito de Viana do Castelo que declarava aberto um concurso para preenchimento de uma vaga no Posto Clínico de Melgaço, além de outras.

Eu, na altura na situação de desempregado, concorri como é óbvio. E, como eu, muitos mais concerteza.

Acontece que, pelas informações que consegui obter, esse dito concurso já se efectuou sem que alguns concorrentes, entre os quais eu, tivessem sido informados de alguma coisa. Que se passaria por lá? Para isso não valia a pena publicar o «anúncio» no jornal. Não acham?

Fernando Alves

Cartas ao Director

Para que existe a Mesa da Peneda se há a Fabriqueira?

E, mesmo que haja Mesa, não é a Fabriqueira que manda?

Julgamos ter respondido com clareza às dúvidas apresentadas no último n.º por T. S.. Deixamos para este saber se é precisa a confraria ou mesa da Peneda, quando existe a Fabriqueira. Ou se, mesmo que haja Mesa, não é a Fabriqueira quem põe e dispõe.

Responderemos com exemplos que o leitor conhece e do civil. A câmara nada manda nos bombeiros ou no clube de futebol. Nem a junta de freguesia, na escola. São completamente diferentes e independentes.

E o mesmo em relação à confraria e à fabriqueira.

Os terrenos da Peneda foram, antes, da fabriqueira da Gavieira ou de Suajo, quando a Gavieira era capelania de Suajo. Mas, uma vez constituída a confraria, adeus qualquer intervenção por parte da fabriqueira, quer no material, quer no espiritual da Peneda-confraria.

São coisas totalmente diferentes e independentes uma da outra.

Os bens são da confraria. E só dela... A Fabriqueira não manda ali nada.

A fabriqueira, que é o pároco e mais os membros por ele escolhidos, administram os bens da igreja e da paróquia, mas não entram, p. e. no passal e na residência paroquial.

— Mas basta os membros serem escolhidos — e não eleitos — para ninguém querer fazer parte da fabriqueira, objectará. Na maior parte dos casos, são só os amigos ou... palhaços!...

Uma que outra vez, é assim, de facto. Os párocos têm enorme dificuldade em aceitar quem os ajude, nessas condições. Daí trabalharem sós, quando assim procedem.

(Continua na 4.ª página)

Pesca no Rio Minho Riquezas abandonadas!...

Como é do conhecimento geral todas as pesqueiras ou Caneiros, existentes a montante de Lapela nos concelhos de Monção e de Melgaço, são propriedades particulares. Gozam a posse dos seus proprietários há mais de 200 anos, como se provou por vários documentos apresentados em 1936.

Constam no Tratado de Limites entre Portugal e Espanha que data de 1894, do Regulamento da Pesca no rio Minho que data de 17 de Maio de 1897.

Na Câmara Municipal de Melgaço, tudo se pode verificar por mapas e relatórios circunstanciados na Repartição de Finanças, sendo consideradas como prédios urbanos, pagando os seus proprietários contribuições e impostos sucessórios, existindo só no concelho de Melgaço 377.

Por último foi publicado o Decreto-Lei n.º 47 595 datado de 12 de Março de 1967.

O peixe que aqui se pescou foi em enormes quantidades, o qual atravessando mares nórdicos, procurando água puríssima que verte das abas das Serras portuguesas e espanholas, filtradas pelo granito, ao mar se vai juntar, cá apareceu o delicioso salmão, sável, truta, lampreia e outras espécies, que quanto mais água doce percorre mais saboroso se torna. O peixe aqui pescado foi o principal alimento da população, e ainda abastecia os principais mercados. Era conhecido por peixe do Rio Minho e ainda hoje o é, mas hoje é vendido por altos preços e muito procurado nas principais casas da Capital.

(Continua na 4.ª página)

Da Vila e Concelho

Uma praia no Rio Minho

Melgaço vai ter uma praia no Rio Minho. Como daqui até Vila Praia d'Áncora são muitos quilómetros a percorrer velhas e perigosas estradas e nem toda a gente se podia deslocar àquela localidade, a Câmara Municipal deste concelho já resolveu o problema. Adjudicou ao empreiteiro snr. David Domingues, por 1,099 150\$90 (valor da sua proposta), a abertura duma nova estrada, da Vila até ao Rio, para os melgacenses se banharem no tempo do calor.

Se antigamente eram audazes, agora não estão com meias medidas. Primeiro a estrada e depois a «Praia do Rio Minho». Ou será que ficará com o nome do actual Presidente do Município, como quando chamavam ao campo de futebol (dr. S.S.S.S.)?

Realmente valeu a pena votar livremente e escolher um Poder Local que comece a dar provas da sua grande competência. Agora é que as carências em Melgaço vão acabar todas em menos de 3 anos.

Depois da nova estrada e da Praia, muitas mais obras novas serão levadas a efeito.

Neste Portugal novo, tudo o que é velho será para deitar fora. Nem as estradas e caminhos velhos se aproveitam. Nova gente, novos valores e tudo o que seja progressista.

A justiça social que alguns doutores apregoam, já é velha. Passou à história.

Ricos como nos encontramos presentemente, com dinheiro para tudo que seja necessário, aqui em Melgaço vai dar gosto viver. Até os próprios espanhóis «nuestros hermanos» residentes nas povoações fronteiriças, vão ter inveja quando virem os melgacenses deitados na nova e linda praia!

E andou o bom Zé Povinho a gritar e bater palmas, para este resultado das eleições das autarquias locais. E

eu a sonhar com o caminho municipal da freguesia da Gave, por causa do qual já fui obrigado a responder no tribunal. Sempre a bater na mesma tecla, da máquina de escrever para o jornal. Sempre à espera de melhores dias.

Examinai bem as vossas consciências, caros senhores, e não brinqueis novamente com sagrados direitos do Povo. Tomai banho nas vossas casas, como fazem os pobres trabalhadores rurais das aldeias e tratai das obras de maior necessidade. Mandai reparar o que ainda tiver conserto.

Perguntai a todos os habitantes da Gave e das restantes freguesias se concordam com as vossas decisões, ou com as propostas que vos faço e depois ficareis a saber qual de nós será mais democrata ou até mesmo socialista como vós dizeis ser.

Se com essa vossa forma de proceder praticais o socialismo, façamos ardentes votos para a formação de novo partido político e de novas eleições.

Manuel Caldas

Santa Bárbara (S. Gregório)

A Comissão que no anterior ano levou a efeito esta festividade, acaba de fazer obras no recinto da Santa. Começaram tarde, mas fizeram muito, e ainda estão para fazer muito mais.

A actual comissão para 1977 é assim constituída:

Juiz — António Félix Rodrigues.
— Secretário — Francisco Araújo Lopes.

Tesoureiro — Alberto de Brito.
Mordomos — José Abílio Durães, Fernando António Alves, António Domingues, Fernando de Abreu, Carlos de Oliveira Machado.

Mordomas — Alzira Lima, Paula Barbeitos, Adalzir Coelho, Filomena Pereira, Isabel Abreu, Clara Vidal, Clara Domingues, Teresa Machado e Dores da Rocha.

Mordomos para França — António de Barros, Júlio da Rocha, Henrique Domingues, Henrique de Amorim, José Lopes (Casais) e Manuel da Cruz.

Bem hajam por tudo quanto poderão fazer em honra de Santa Bárbara. Ela vos agradecerá.

Por muito tempo ainda?

«Não será uma diferença de classes haver indivíduos que ganham, sem o merecerem, 20 contos por mês e ainda reivindicam e acolhem de goelas ressequidas, agora no novo ano, um aumento de mais alguns tostões que o Pai Natal lhes trará dentro duma garrafa de vinho do Porto? E para o pobre desgraçado que nem sequer emprego tem, porque um retornado está a ocupar o lugar que ele, por justiça deveria ocupar, que lhe trouxe o Pai Natal no fundo de uma garrafa vazia? Muitas felicidades e bom apetite... para que roia com sofreguidão um pedaço de bacalhau queimado como carvão, bacalhau que o vizinho lhe «emprestou», por ser dia de Natal, mas com muito segredo e por grande favor, pois era bacalhau que um barqueiro trouxe de Espanha, sem ninguém saber, dentro duma galocha?»

Poderá haver maior diferenciação de classes? Em vez de aumentar cinco a quem já ganha dez, por que não se lhes faz compreender que terá de passar a ganhar sete e que o resto será para organizar um fundo de desemprego sério e coerente, e onde milhares de indivíduos pudessem ir buscar umas pequenas migalhas? Continuando a actuar como até aqui, penso que não será possível evitar que a desenfreada vaga de revoltados e gatunos aumente dia-a-dia.

L. E. — MELGAÇO

(Do «Comércio do Porto» de 6-1-77)

C. MUNICIPAL — (2.a reunião ordinária levada a efeito em 19-1-1977). Tendo presentes todos os vereadores, às 19 horas aproximadamente do dia acima indicado, foi pelo Presidente aberta a sessão.

— Foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior, muito embora não houvesse grande vontade em lê-la, da parte do secretário, dado o muito serviço a apresentar. Contudo, os vereadores Abel José Pereira d'Eça (C. D. S.) e Alípio José Rodrigues (P. S. D.) acharam de toda a conveniência a leitura, tendo o Presidente concordado. Caso contrário não seria possivelmente assinada por estes elementos, a acta respectiva.

— Após ligeira discussão, dirigiu-se ao Presidente o vogal Abel José Pereira d'Eça indicando que pessoas estranhas à Câmara, não deveriam intervir nos debates, pois que a Câmara agora formada, sabe como resolver os problemas, e para tal não seria necessária a colaboração de estranhos, a não ser quando solicitado por quem de direito...

— Deliberado celebrar contrato com João Rodrigues Nabeiro para o fornecimento de gás, a quatro aquecedores, contrato esse no valor de 1 800\$00. Segundo foi dito, o fornecedor anterior não possuía contrato e nunca dispunha de gás para o fornecer.

— Deliberado expor a situação ao Sr. Ministro das Finanças, remetendo fotocópias de todos os elementos existentes, a fim de intervir junto dos Bancos P. do Atlântico e Agricultura para que esses paguem os Impostos de Capitais neste Concelho, em relação aos depósitos cá efectuados.

— Presente um officio do Director de Serviços de Programação e Instalações do M. da E. e I. Científica,

Dr. Oliveiros Rodrigues

ADVOGADO

Largo Hermenegildo Solheiro
MELGAÇO

STAND MELGACENSE

DE AMADEU GOMES

Telef. 4 21 04

das famosas marcas alemãs de frigoríficos **BOSCH**
de Rádio e Televisores **BLAUPUNKT**
de electrodomésticos **GRUNDIG**

das Balanças e material **A. PESSOA**

do **GAS MOBIL**, da **PHILIPS**
e das inultrapassáveis motorizadas **FAMEL-ZUNDAP • SACHES**

DÊ A SUA PREFERÊNCIA AO STAND MELGACENSE

Além das melhores marcas é o único que possui electricistas próprios para garantir a devida assistência e para fornecer orçamentos grátis

Se tem qualquer dúvida, consulte-nos

NINGUÉM O FORÇARÁ A COMPRAR

Vinho do Porto **BARROS**

De todos **BARROS** De todos
O mais saboroso O mais preferido

Lágrima Christi **BARROS**
em França o mais apreciado

respeitante à construção de um edifício para a escola preparatória em Castro Laboreiro e outro nesta Vila. Foi tomado conhecimento.

— Deliberado solicitar à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais se é viável a nossa edilidade tomar o compromisso de transportar os detidos à Cadeia mais próxima que é a de Monção. Sendo assim, poderia este Concelho beneficiar do imóvel da actual Cadeia, para qualquer utilidade pública.

— Concedida revisão de preços e prorrogação de prazo, ao empreiteiro Mário da Costa Alves & Irmão, L.da, na construção do caminho municipal 1357 (Chaviães-Casais).

— Deliberado adjudicar fornecimento de estantes metálicas para arquivos da Câmara e Tesouraria, à firma Adriano A. Cerdeira desta Vila, pela quantia de 14 600\$00.

— Deliberado mandar vir o material escolar necessário, para as escolas primárias. Aceite a proposta de José Leal, de Freamunde, pela importância de 104 645\$00.

— Deferida a venda de vários terrenos para sepulturas.

— Por não ter sido possível chegar a acordo com Maria da Conceição Dias, para a expropriação amigável de 3 parcelas de terreno, que vão ser ocupadas com a passagem da E. N. (Alvaredo-Paderne) ficou deliberado solicitar a declaração de expropriação para utilidade pública e urgente.

— Também por não ter sido possível chegar a acordo com o Sr. António L. P. Gonçalves, para a expropriação amigável de uma parcela de terreno de cultivo na freguesia de Paderne, a qual vai ser ocupada com a passagem do C. M. 1151, (Paderne-Estivadas), deliberado solicitar declaração de expropriação para utilidade pública e urgente.

— Quanto à vaga do lugar de escrivão desta Câmara, em virtude do falecimento do saudoso Armando da Moça Solheiro, ficou a mesma para estudo. Já na anterior sessão se ventilou o assunto, mas não foi possível encontrar-se a solução que todos desejávamos.

— Deliberado extinguir o lugar de guarda do cemitério e manter o cantoneiro habitual ao serviço no mesmo. Veremos mais tarde quando de lá começem a desaparecer certos bens, como outrora aconteceu, se de facto faz ou não falta. Este assunto deu lu-

gar a discussão, mas como estou certo que da parte de a grande maioria da Câmara, não frequentam o nosso cemitério com a assiduidade devida, mais tarde se arrependirão das decisões agora tomadas. O tempo o dirá.

— Deliberado mandar proceder à pintura da porta da Tesouraria (casa forte). Quanto ao candeeiro, deve o Tesoureiro apresentar uma proposta concreta sobre o preço e tipo do mesmo.

— Por unanimidade, ficou nomeado substituto do Presidente, para faltas ou impedimentos do mesmo o vogal Hermenegildo Solheiro.

— A Câmara deliberou aplicar os 15% de aumento a todos os trabalhadores (efectivos, assalariados ou eventuais). Boa medida.

— Autorizados pagamentos que totalizam 863 759\$40 S. E. ou O..

— Indeferidos pagamentos que totalizam 800 360\$00. S. E. ou O..

— Achemos de toda a conveniência, em serem presentes propostas de vários fornecedores do Concelho ou de fora, em qualquer fornecimento à nossa Câmara. Até aqui, e em alguns sectores que já conhecemos, fomos informados e constatamos que tal assim não tem acontecido. Esperamos da actual Câmara, há pouco eleita, e da qual temos grandes esperanças, que cumpra em defesa dos interesses dos seus Municípios. Só assim desempenhará o melhor possível a missão que lhes confiamos.

Agradecimento

A família do extinto Armando da Mota Solheiro, muito sensibilizada pelos numerosos testemunhos de simpatia e gratidão recebidos, e na impossibilidade de poder agradecer pessoalmente a todas as pessoas, vem fazê-lo por este meio, pedindo desculpa de qualquer falta involuntária, a todos quantos prestaram a sua homenagem à memória do falecido.

Electrotécnica

de ANTONIO SOLHA & IRMÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA — MELGAÇO

RÁDIO ELECTRICIDADE
TELEVISÃO AMPLIFICAÇÕES SONORAS

Agentes da SIEMENS.

Prestam assistência técnica com competência e honestidade no nosso concelho.
CONSULTE-NOS para as suas instalações!!!

Artística "Foto-Caldas,"

DE — José Joaquim Caldas

R. Rio do Porto — Telefone 42220 — MELGAÇO

Executa fotografias para documentos, na mesma hora — vende materiais para amadores e cinema das melhores procedências — faz reportagens em casamentos, baptizados, procissões, etc., em preto e côr.

Se quer ficar bem servido, dê-nos a sua preferência.

Pela Administração

Amsterdam, (Holland), 7-1-77
Ex.mo Senhor Director de
«A Voz de Melgaço»
BRAGA

Com os meus mais sinceros cumprimentos:

Como assíduo assinante do jornal que V. Rev.ma mui bem dirige «A Voz de Melgaço» venho mui respeitosa-mente prolongar por mais dois anos a minha assinatura.

Rev.mo Senhor Padre Júlio Vaz, como a minha assinatura terminou aos 15 do mês de Dezembro do ano findo, venho informar V. Rev.ma que em virtude de dentro de dias me deslocar à nossa terra «Melgaço» enviarei por intermédio de vale de correio a importância para o ano em curso e para o ano de 1978; e mais a quantia de (sessenta escudos) referente ao ano de 1976 em virtude de o jornal de V. Rev.ma ter sofrido o aumento de taxa nesse ano. Enviarei a quantia de *trezentos e oitenta escudos (380\$00)*. Agradeça logo que a importância acima referida seja entregue me seja dado conhecimento como nas anteriores vezes, e se estou em alguma falta, obrigado. Mais tenho a informar que recebo com regularidade «A Voz de Melgaço».

Desde já fico muito grato por a atenção dispensada.

Um vosso assinante,

Amadeu Augusto Alves
Holanda

N. R. — Muito nos ajudariam os prezados assinantes se procurassem fazer como este nosso Amigo a viver na Holanda, e como outros que tem seguido iguais pisadas.

Pagou 1978 — Amadeu Augusto Alves — Holanda, de quem transcrevemos a carta amiga e exemplar.

Pagou 1977 — José de Sepúlveda Soares, Braga, como assinante amigo; Custódio Pereira de Araújo, Braga; P.e José Marques, Porto; Manuel António Marques, Lobió, Rouças.

Pagaram 1976 pela cobrança dos C.T.T. — Raúl Pereira da Rocha, D.

Maria Laura Oliveira Torrado, José Aniceto Rodrigues, José Cândido de Sousa Lobato, Família do Dr. Abel Varela Seixas, António Esteves Reguengo, Dr. Francisco Botas, Manuel Baptista Esteves, Manuel José da Mota Solheiro, Américo Domingues, todos de Lisboa; João Manuel de Carvalho, Vieira do Minho; D. Gabriela da Silva de Sousa e Castro, Barreiro; António Afonso e José Rodrigues, Cascais; Dr. Octávio Augusto Fernandes, D. Maria Anésia Barreiros Duque, José Fonseca, José Fernandes, Augusto Esteves, todos de Braga; Dr. Armando de Magalhães, Prof. Lídia Poças Falcão, João Baptista Gonçalves Ribeiro, José Augusto Figueiredo, José Bento Gomes, D. Maria da Conceição Domingues, todos do Porto; Consulado de Espanha em Valença; Manuel Augusto Lopes e Augusto Araújo Esteves, Valença; Júlio Domingues, Antero Rodrigues, Amândio Joaquim Rodrigues, P.e Agostinho Caldas, Júlio de Sousa Domingues Veites, todos de Monção; Dr. Sílvio da Boa Nova Pires, Amadora; António Cláudio Cardoso, Damaia; António Pires, Matosinhos; José Dias de Castro, Paredes de Coura; D. Maria Leonídia Baptista, Linda a Pastora; Eduardo Dinis Galhofo, Dr. Alpidio Gonçalves, ambos de Ponte da Barca; José Domingos da Rocha, Ponte de Lima; D. Maria de La Salette C. Alves, José Kanhada, José António dos Anjos, Eugénio Pimheiro, Dr. Carlos Luis da Rocha, todos de Viana do Castelo; Júlio Martins da Silva Borges, Oeiras; António Abel Doureiro, Braga; José Joaquim Durães, Gondomar; José Henrique Gomes, Lisboa; Carlos Lourenço, Eduardo Vieira Dias, Manuel Maria Novais Mesquita, Manuel Lira Ferreira, Manuel Júlio Gonçalves, Manuel José Pereira, Manuel Elísio Rodrigues, Manuel Alves Monteiro, José António Alves, Dr. Eduardo Vilarinho, David Henrique Gomes, Casimiro de Sousa Lobato, Arnaldo Braga, António Pedro F. Ferreira, Alvaro da Silva Pereira, Alberto José Esteves, Manuel Fernandes de Sousa, todos de Lisboa-2; Manuel José Pereira, Torre da Marinha; Armando Coelho Rodrigues, Baltar; Manuel Alves Lima, Andeia Nova de S. Bento; Anselmo Manuel Fernandes, Almada; Justino Domingues, Guimarães; Amadeu Valdemar da Ribeira, Lavradio; Tenente Agostinho Alves, Penafiel; Ilda de Jesus Fernandes Rodrigues, Baião; D. Maria Luísa Monteiro, Póvoa de Lanhoso, António Pereira Júnior, Caminha.

Pagou 1977-1978 — Amadeu Afonso Domingues, Feijó.

De Rouças De Penso

FESTA DO EMIGRANTE — Como havíamos noticiado, efectuou-se, no domingo, dia 23, a festa do emigrante, em S.ta Rita, na qual tomaram parte os familiares.

JUNTA DE FREGUESIA — Realizou-se no sábado, dia 22, a transmissão de poderes da Junta Administrativa para a Junta eleita, a qual é composta por: Artur Dantas, Fernando de Sousa e Manuel Torres.

ELECTRICIDADE — O povo espera com júbilo que a electrificação da freguesia esteja pronta na Páscoa. Lobió irá a seguir.

ESTRADA — Sabemos que está a ser estudado o caso da estrada que vai da ponte da Carpinteira a Fiães, e à qual nos temos referido por diferentes vezes. Esperamos, pois, que passe para o lugar das prioridades, que lhe pertence devido à importância e necessidade da mesma.

FALECIMENTOS — No passado dia 8 no lugar do Pomar faleceu o sr. António Fernandes, de 69 anos, casado com a sr.^a Angélica Nunes, pai das sr.^{as} Maria Hortense Fernandes, Maria José Fernandes e Celeste Fernandes.

— No dia 14, no lugar de Paranhão, finou-se o sr. Jorge Mendes Pereira, viúvo.

As famílias enlutadas, os nossos sentimentos.

DOENTE — Em Bairro Pequeno, encontra-se doente a sr.^a Adozinda Besteiro.

Desejamo-lhes rápidas melhoras.

— C. M. S. S. S. S. S. S. S. S. S.

Espelhos e Cristais

Vidros para Janelas
Automóveis e Estabelecimentos
—
TELHAS E TIJOLOS DE VIDRO
—
Sociedade de Cristais, L.da
Rua do Almada, 25 — PORTO — Tel. 311057

Sr. COMERCIANTE:
Deseja ver os seus artigos a ser rapidamente vendidos?
Anuncie desde já em
«A VOZ DE MELGAÇO»

Tintas e Vernizes

Em BRAGA procure na DROGARIA DO MERCADO. Preços de revenda. Qualidades garantidas. Agentes dos produtos Agrícolas SAPEC, para tratamento de Pomares.
Praça Comércio, 71 — Tel. 24937 (Junto ao Mercado)

Móveis Castelo

— DE —
RAMIRO DE LIMA A. CERQUEIRA
Rua das Escolas
MELGAÇO
Mobílias completas — Móveis avulso — Colchões de molas e espumas SUNDLETE — Divãs articulados — Candeeiros — Alcatifas — Tapeçarias, etc..



Móveis Record
de Gracinda Costa Teles e Domitil Veiga
Rês do Chão da Casa do Povo — MELGAÇO

NOTARIADO PORTUGUÊS

Cartório Notarial de Melgaço
CERTIDÃO

Certifico narrativamente que por escritura de nove do mês corrente outorgada neste Cartório Notarial, e exarada a fls. 65 e seguintes do livro de notas para Escrituras Diversas A-70, Alberto Seixo Durães e mulher, Judite da Conceição Alves, residentes no lugar de Ferraria, freguesia de Paços, deste concelho, naturais das freguesias de Cristóval e Fiães, deste concelho, declararam:

Que são donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem do prédio urbano composto de «Casa de habitação e rossios», também conhecido por Casa Nova ou Casa da Ferraria, sito no lugar de Ferraria dita freguesia de Cristóval, o qual confronta do nascente com Daniel Meleiro e Padre António Monteiro, poente estrada nacional, norte herdeiros de Camilo de Amorim e sul herdeiros de Albano Augusto Pereira e caminho, inscrito na respectiva matriz sob o artigo quarenta e quatro, com o valor matricial de sete mil trezentos e sessenta escudos, e descrito no registo predial sob o n.º 22 382, a fls. 37 do livro B-55. Que este imóvel está inscrito na Conservatória competente sob o n.º 1.395, a fls. 164 v.º do livro F-2, a favor de José Sílvio Pires, casado com Júlia Alves, do indicado lugar de Ferraria e está inscrito na respectiva matriz em nome do outorgante marido, por o haver adquirido a António Alberto Pires, viúvo, já falecido, e a Vitorino Alberto Pires, e esposa Aurora de Nazaré Gonçalves Pires, do lugar de Outeiro, dita freguesia de Paços, por escritura de 1 de Julho do ano corrente, lavrada de fls. 4 a fls. 6 do livro de notas respectivo n.º B-69, deste Cartório, e pelo preço de 480900\$00. Que o mesmo imóvel havia sido adquirido aos indicados José Sílvio Pires e mulher, Júlia Alves, pelo falecido António Alberto Pires, então casado com Maria do Carmo Lopes, em 1927, pelo preço de 25.000\$00, ignorando-se no entanto em que Cartório teria sido outorgada a escritura ou, a haver outro título, onde se encontra o mesmo, visto se ignorar a natureza dele, tendo em 21 de Fevereiro de 1948 falecido no indicado lugar do Outeiro, Maria do Carmo Lopes, esposa do referido António Alberto Pires, deixando como único herdeiro a Vitorino Alberto Pires, assim, com seu pai, referido, António Alberto Pires, únicos proprietários do mencionado imóvel.

ESTÁ CONFORME E CONFERE COM A PARTE QUE SE TRANSCREVE.

Cartório Notarial de Melgaço, vinte e dois de Dezembro de mil novecentos e setenta e seis.

Assinatura ilegível

Assine e Anuncie em
«A Voz de Melgaço»

A RENASCENÇA

de JOÃO MARIA DE OLIVEIRA
Rua do Rio do Porto — MELGAÇO
Telef. 4 2 4 8 8

Nesta casa executam-se todos os trabalhos de pichelaria, instalações de quartos de banho com água quente e fria. Todos os trabalhos são executados com a máxima perfeição e rapidez a preços sem competência. Orçamentos grátis.

SEGUROS

- * Acidentes pessoais
- * Acidentes no trabalho
- * Aéreo
- * Agrícola
- * Automóvel
- * Avaria de máquinas
- * Caça
- * Incêndio
- * Inundações
- * Quebra dos vidros
- * Terramotos
- * S. Cristóvão
- * Vida

Trata: Miguel H. G. Pereira

Rua da Calçada — Telefone 4 2 2 1 2 — MELGAÇO

Fany

LAVANDARIA E TINTURARIA
(a Casa que Melgaço precisava)

«Lavagens a sêco, molhado e tinturaria»

Executa serviços rápidos a preços módicos

na
RUA DO RIO DO PORTO, em MELGAÇO

Carta de Lisboa

(Continuação da 1.ª página)

problemas humanos, económicos e tecnológicos que o Dr. Agostinho Neto e a sua equipa têm pela frente.

Bem desejaríamos prever que a jovem nação de expressão portuguesa — que o «K» importado à pressa parece querer negar dado não ter cabimento no nosso vocabulário — estaria finalmente no caminho duma aproximação e cooperação sinceras, mais consentâneas com os laços que cinco séculos de vivência comum indubitavelmente criaram.

Infelizmente o nosso desejo dissipa-se e transforma-se em desconfiança face a tais provas de «boa vontade».

Ao fim de treze anos de luta armada e quando as suas hipóteses de vencer a guerra eram cada vez mais remotas, Portugal ofereceu de bandeja ao Dr. Agostinho Neto a oportunidade de se libertar do «odioso colonialismo português». Afinal foi morder a isca que os seus protectores e conselheiros lhe lançaram, levando-o a hipotecar-se cada vez mais a um tipo de feudalismo que pela sua concepção rígida e intolerante, não admite erros ou desvios e há-de transformar-se, no futuro, no seu Calcanhar de Aquiles.

Os exemplos da Hungria e da Checoslováquia vão-se diluindo com o tempo e não contam para mentalidades de antemão predispostas a aceitar dádivas e ajudas desinteressadas...

Perante o actual quadro de forças na denominada África Austral, somos levados a achar justa a posição de intransigência da África do Sul, pese embora a nossa total discordância em relação a toda e qualquer segregação racial. Os sul-africanos sabem que a sua luta é uma luta de sobrevivência e as palavras do seu primeiro ministro proferidas no início do novo ano não deixam dúvidas a ninguém:

«Devemos estar preparados para a dura e prolongada luta que nos espera. Não vamos por docilmente a cabeça no cepo só para sermos agradáveis à ONU. Para exemplo basta-nos Angola».

Felizmente há alguém que parece ter aproveitado a tempo a lição do nosso triste exemplo.

Valha-nos ao menos isso.

Lisboa, 13 de Janeiro de 1977.

«Zé do Rio Minho»

Pesca no Rio Minho

Riquezas abandonadas!...

(Continuação da 1.ª página)

Lá se encontra no centro da Baixa, na firma Martins e Costa, no Celeiro de José Dantas Martins & C.a. Tal Senhor é natural de Melgaço, tem orgulho na terra que lhe serviu de berço.

Como aqui fossem pescados milhares de exemplares, os proprietários de pesqueiras vendiam por baixos preços, davam aos pobres e ofereciam aos seus amigos, dando origem a que lhe aparecessem voluntariamente a auxiliá-los nos trabalhos agrícolas. Que importante obra social se praticou naqueles tempos!...

E porque não voltamos a pô-la em prática?!...

Este rio foi riquíssimo, sendo considerado um dos primeiros de Portugal e devido ao abandono em que se encontra, torna-se pobre.

Só se fala em aumento de produção nos solos, não se fala no desassoreamento da Barra em Caminha para o peixe melhor entrar. O pouco peixe que entra é aquele que escapa aos pescadores que próximo da barra o apanham e vão vender a diversos mercados do país vizinho que lhe pertence metade do rio, visto o troço internacional ser de Caminha a Cevide, freguesia de Cristóval. Daí para a Montante é nacionalidade espanhola.

Já em Espanha à distância de cerca de 300 metros da parte internacional, foi construída mais uma barragem que se denomina da «Frieira», faz um enorme enchamento, não possui reguladores, nem rampas para o peixe seguir o seu curso para a desova, tem comportas para serem abertas quando se torna necessário fazer as descargas.

Quando são abertas, o rio aumenta de volume, provocando tal aumento o arrastamento de tudo que nas margens se encontra para a corrente, como sejam toros de madeira e até árvores completas, como se encontram expostas em forma de degrau.

Tudo que segue na corrente vai desmoronar tudo e ainda põe em risco a vida dos proprietários quando as estão a armar sucedendo isso só de 15 de Fevereiro até 30 de Junho, visto ser nesse período a pesca autorizada para as pesqueiras ou sejam 136 dias, por cada ano. Fora de tal época não é permitido armar, sendo fora da pesca que mais prejuizos ainda tem causado, visto o peixe e ovos que estão nos poços são sacudidos para as margens.

Fecham as comportas, o rio seca de repente. Tem-se observado enormes quantidades de peixe de várias espécies mortos com os raios solares e aves bravias têm sido encontradas a comê-lo.

Em 20 de Março de 1967, foi publicado o novo Regulamento da Pesca no rio Minho, sendo o mesmo a que atrás faço referência.

Pelo artigo 55 e 56 do citado Decreto é nomeada uma comissão, tendo por finalidade, estudar

permanentemente a melhoria da pesca no rio Minho.

Tal Comissão é internacional e é composta por representantes da Marinha, Obras Públicas e Economia de Portugal; da Marinha e das Obras Públicas e da Agricultura de Espanha e por mais dois técnicos.

A pesca começa no dia 15 de Fevereiro até 15 de Junho e não 30 conforme determinou o Decreto-Lei de 17 de Maio de 1897.

Em face do que se verifica, têm de ficar sem efeito o determinado pelo Ilustre Capitão do Porto de Caminha António Afonso de Carvalho, que em Agosto de 1936, mandou editais, nos quais determina para dentro do prazo de 90 dias todos se apresentarem no Posto de Fiscalização da Pesca em Melgaço a fim de provarem pertencer-lhes.

Tudo foi apurado, sendo encarregado de tal missão o Chefe daquele Posto, Constantino da Silva, 1.º Sargento da Marinha, auxiliado por quem acaba de informar.

Tive de percorrer uma grande parte do concelho para apurar, sendo ou não verdadeiras as declarações prestadas naquele Posto, visto nos rois só constar os nomes existentes na data que os rois foram organizados.

Parte dos proprietários que as descreveram na Capitania não indicaram o nome dos seus restantes herdeiros, nem o quinhão que a eles lhes pertencia. Em face de tal foram organizados mapas, constando nos mesmos o nome dos herdeiros e a fracção que a cada um pertence até prezar a unidade 136/136.

O Notário da Comarca de então, Dr. Tavares da Silveira, ordenou ao seu Ajudante saudosos Justiniano Gonçalves Ribeiro, como havia de fazer, tendo-lhe eu ditado o que consta dos mapas para papel selado.

Tudo foi assinado e autenticado passando a ficar oficializado: Documentos e petições.

Foram enviados à Capitania acompanhados das importâncias exigidas para registos individuais mas não me admira terem feito alteração reduzindo 15 dias de pesca pois que também em 1939 fui chamado ao Ministério das Finanças, sendo-me perguntado pelo Ilustre Director Geral da Fazenda Pública que dissesse o que eram pesqueiras existentes nos concelhos de Monção e Melgaço ao que eu respondi satisfatoriamente obtendo por resposta que já me tinha mandado louvar.

Manuel José Gomes de Sousa

Anuncie em «A VOZ DE MELGAÇO»

Cartas ao Director

(Continuação da 1.ª página)

No entanto e mesmo nessas condições, a intervenção da freguesia, de cada paroquiano, está regulada por lei. De facto, as contas têm de ser tornadas públicas e os fregueses podem discutir-las.

— Em geral, limitam-se a lê-las à homilia, dir-se-á.

Bem, não é o lugar próprio, nem o modo, é esse. A homilia faz-se a homilia. E só. As contas devem, ser tratadas noutra ocasião e expostas com os documentos que possam ser consultados.

Em geral, os párocos deixam por conta de comissões esse trabalho, quer de obras, quer, até, da recolha das premissas. Por aí fora, há já os conselhos paroquiais que intervêm na gestão dos bens paroquiais, libertando o pároco de trabalhos antipáticos — aceitar ou não a premissa, fiscalizar obras, discutir com os paroquianos etc. —. O facto leva os fregueses a interessar-se mais pelas obras da igreja e outras e, até, pela premissa do pároco.

Podia referir uma freguesia, de vila ou sede de concelho onde o pároco teve de ir ensinar no liceu porque o que recebia não chegava e o novo entregou o caso a uma comissão. Esta garantiu a pároco e coadjutor 5 000\$00 para cada mês. Isto há anos.

A caminho da criação do pretendido bispado

(Continuação da 1.ª página)

De resto, também não faz sentido que Viana do Castelo seja presentemente o único distrito do país que ainda não tem diocese própria. A sua população ficara, aliás, frustrada há dois anos, pois admitia a satisfação dos seus anseios conjuntamente com Setúbal e Santarém, as últimas a serem criadas.

AFONSO DO PAÇO

(Do «Jornal de Notícias» de 16-1-77)

Vende-se

Terreno com a área de 12 000 m², composto por:

Pomar de 500 macieiras em ampla produção, vinha e outros; poço, luz trifásica, tanque e ainda com área livre para 3 construções, (90 m² face a uma estrada). Muito soalheiro. No concelho de Melgaço. Telefonar 42136.

«A VOZ DE MELGAÇO»

Anual : 80\$00 — Avença - Quinzenário — Estrangeiro : 180\$00 ; Avião : 200\$00

1 FEVEREIRO 1977

Vendem-se

Em Cristóval (Mouriga)

Propriedades de milho e vinha, com grande coutada, leiras de mato e lenha e casa de arrumos.

Informa Manuel Marques, de Lobiô, das 13 às 15 horas. Telefone, 42461.

MANUEL ANTÓNIO RIBEIRO
SOLICITADOR

Largo Hermenegildo Solheiro
MELGAÇO

Bento Gomes
EMPREITEIRO

Melgaço — Tel. 42113

Melgaço na Guerra da Independência

(Continuação da 1.ª página)

Incapaz já de satisfazer tantas exigências, Orense recorreu a Lugo e Mondonedo, que ajudaram como puderam. Mas a situação era intolerável.

O novo corregedor, D. Gonzalo Gimenez, convocou o ajuntamento de Orense a quem propôs que, dadas as circunstâncias, se dirigissem ao governador da província, D. Vicente Gonzales, fazendo-lhe ver que só lhes era possível atender a 1/6 das fortalezas, que estavam por sua conta. Foram atendidos.

Entretanto, Filipe IV exigiu mais 60 000 ducados, ao mesmo tempo que eram oprimidos com as sisas e o prejuízo de milhões, inevitáveis em circunstâncias de guerra, sobretudo na quebra da moeda.

Opuseram uma teima pertinaz, mas acabaram por os pedir emprestados ao Conde de Ribadavia, que lhos adiantou em Madrid. O pior foi que, logo depois, o fidalgo os exigiu à população, que estava sem dinheiro, por isso incapaz de satisfazer o compromisso tomado. Todavia os soldados acudiram com o zelo habitual, conseguindo o intento, à força...

Nem todos pagaram, apesar da violência exercida contra eles. Foi preciso recorrer ao tribunal, o que retardou imenso a satisfação do débito ao fidalgo. Valeu aos interessados a generosidade do patricio, Jácome de Albarin, que adiantou o dinheiro sem qualquer juro. Aliás já lhes tinha valido em outras circunstâncias.

Deste profundo desespero, os tirou a notícia de que tinha sido conquistada a vila de Monção.

Batalha dura e mortífera, já que portugueses e castelhanos deixaram muitos cadáveres no campo da batalha. Em relação aos castelhanos, segundo o cronista, teriam sido 100, um oficial e 300 cavalos.

Claro que o êxito se deve a reforços vindos da Flandres, instalados à custa de Orense, que deveria fornecer-lhes pão, cevada e dinheiro. Como era demasiado 300 000 reais para essa despesa, as outras províncias acudiram com sua parte, mas levou tempo, caindo o peso, entretanto, sobre Orense.

Por seu lado, os portugueses, irritados com a presença de castelhanos em Monção, assaltavam dia a dia a fronteira, pilhando, destruindo, pondo as populações em fuga.

Isto era o normal nos vales de Lima, Frieira ou Minho, Salas, Monterrey. Dinheiro não havia mais nenhum.

A. LUIS VAZ